

A SITUAÇÃO DA AMÉRICA LATINA EM FACE DOS IDEAIS DA CRISTANDADE

JOÃO GONÇALVES DE SOUZA

O autor focaliza, neste estudo, a situação econômica e social da América Latina, em suas deficiências mais chocantes, à luz dos princípios e ideais cristãos. Como o demonstrou, ainda recentemente, na grande Encíclica Mater et Magistra, o PAPA JOÃO XXIII, o desenvolvimento econômico deve necessariamente completar-se com o progresso social, em termos de justiça distributiva e bem comum, a fim de que todas as classes participem por igual do aumento das riquezas. Os povos da América Latina sofrem os males decorrentes, no plano econômico e social, de monstruosas estruturas arcaicas. Impõe-se um esforço gigantesco para libertá-los, a todos, do ônus fatal do subdesenvolvimento, assegurando-lhes, dentro das liberdades democráticas, teto, trabalho, terra, saúde e escola. É este o desafio de um Continente à consciência de uma geração; de um Continente que — na grave advertência de D. HELDER CÂMARA — é católico de nome e o pode ser de fato, mas, também muito mais facilmente do que se imagina, pode deixar de ser católico, e até de ser cristão.

É EVIDENTE a relação que deve existir entre a posse e uso dos bens da terra e os superiores destinos do homem, ou mais diretamente, entre os meios de produção material e o bem comum integral da criatura humana, da família, da comunidade e da sociedade. Os fundamentos elementares da

doutrina social da Igreja, sobre a matéria, foram expostos e interpretados pelos últimos pontífices, em três encíclicas de extraordinária significação histórica. O mais recente desses documentos é a *Mater et Magistra*, de JOÃO XXIII, na qual o Papa não somente assinala a validade dos princípios básicos da *Rerum Novarum*, de LEÃO XIII, e da *Quadragesimo Anno*, de PIO XI, em face da realidade das épocas a que corresponderam, mas também analisa os importantes problemas sociais e humanos dos nossos dias, formulando, a seu respeito, recomendações de extraordinária sabedoria.

Tendo presentes as diretrizes desses três documentos clássicos da Igreja em matéria social, cabe-nos agora perguntar: na América Latina, estamos perto ou longe de atingir os princípios e ideais da doutrina social da Igreja? Se estamos mais longe do que perto, que nos incumbe fazer — aos indivíduos, ao Estado, aos católicos, em particular —, para aproximar o mais possível a realidade do ideal?

Vejamos a situação, em grandes linhas.

PROBLEMAS SOCIAIS BÁSICOS

A América Latina é, ao mesmo tempo, vária quanto à diversificação de suas economias, à heterogeneidade de seus quadros ecológicos e humanos e à distribuição e formação de grandes metrópoles sofisticadas, erguidas sobre a crista de uma sociedade rural de tipo escravocrata e feudal. Ao mesmo tempo, a América Latina é *una* na origem de suas raízes históricas e na formação cristã de sua população.

Desçamos um pouco mais ao exame cuidadoso desta *alma*, hoje atormentada e pressionada por forças políticas e espirituais tão diversas.

A população multiplica-se a grande velocidade. Isto impõe responsabilidades aos líderes do povo e ao Estado. Temos um dos maiores índices de crescimento demográfico do mundo. Crescemos na proporção de 2,6 % ao ano. Este é, sem dúvida, um dos fatores de mudança mais poderosos do Hemisfério. De 1920 para cá, a população da América Latina mais do que triplicou. Este crescimento progride, no momento, a um ritmo 36 % mais veloz do que o aumento

da população dos Estados Unidos e do Canadá. Somos hoje 190 milhões.¹ Nos próximos 25 anos, isto é, em 1985, seremos 290 milhões, ou seja, teremos dado um salto de 50 % sobre os atuais efetivos. No fim deste século, a população dos 20 países latino-americanos será equivalente ao dôbro da população conjugada dos Estados Unidos e do Canadá.

Ao lado desse extraordinário crescimento vegetativo, processa-se outro fenômeno demográfico não menos importante: a mobilidade horizontal de milhares de famílias, geralmente dos campos para as cidades. As populações urbanas estão crescendo em proporção superior ao crescimento das populações rurais, quando é fato conhecido que estas são mais prolíficas do que aquelas. Isto é fruto do êxodo no sentido rural-urbano.

Aqui se processam mudanças violentas quanto à composição das várias classes sociais, as quais afetam maneiras de viver, aspirações, costumes e uma série de outros valores culturais. Estamos diante de uma população que cresce e se movimenta, expande-se e migra, que aumenta e troca o rural pelo urbano, o agrícola pelo industrial. Duas outras características acompanham, *pari passu*, as duas tendências já referidas da população latino-americana. A primeira é que mais de 40 % de tódia a atual população latino-americana são constituídos de crianças e jovens, isto é, gente de menos de 15 anos de idade; a segunda, estreitamente associada à primeira, é que a corrente maior dos migrantes é composta de jovens de 15 a 30 anos de idade — grupo no qual se encontram os mais sadios, ambiciosos, produtivos e, também, os mais inteligentes e ousados.

Não se precisa de muita argúcia, nem muito menos de estudo aprofundado, para perceber a quantidade e a dimensão dos problemas de tódia ordem, suscitados por êsse extraordinário fenômeno demográfico e de urbanização de nossos países. Problemas de alimentação, de casa, de terra, de alfabetização e de educação, de saúde, de adaptação social, de recreação e de tipo profissional. E, acima de tudo, problemas de ordem moral e espiritual.

¹ União Pan-Americana. Departamento de Estatística. *Population of the American Nations*. Washington, D.C., 1960.

O analfabetismo, na região, com poucas exceções, espanta pelo volume e universalidade. De acôrdo com os recenseamentos nacionais, a maior parte dêles realizados em 1950, dos 160 milhões, aproximadamente, de latino-americanos, 90 milhões eram de pessoas com idade superior a 15 anos. Cêrca de 40 % dêsses 90 milhões eram analfabetos.² Em 1950, 12 dos 20 países latino-americanos contavam com uma população total de 77 000 000, da qual 44 000 000 eram maiores de 14 anos de idade. Dêstes 44 milhões, 23 500 000 eram analfabetos. Os 8 países restantes, possuíam 78 000 000 de habitantes, dos quais 45 000 000 eram maiores de 14 anos. Dêstes 45 milhões, 22 000 000 eram analfabetos. Noutras palavras, em 20 países latino-americanos, com um total de 155 000 000 de habitantes, 45 500 000 adultos não sabiam ler nem escrever. Como é de prever-se, a maior proporção de analfabetos vive nas zonas rurais; lá se encontram 62,7 % de todos os analfabetos: sòmente 22,6 % habitam nas cidades. Em outros têrmos, de cada 100 adultos latino-americanos que vivem nas zonas rurais, quase 63 são analfabetos; nas zonas urbanas, a proporção é sòmente de 20.³

No documento "Aliança para o Progresso", emanado da Reunião Extraordinária do CIES em Punta del Este, estabeleceu-se, como meta a ser alcançada nos próximos dez anos, pelo menos seis anos de educação primária gratuita e obrigatória, para tôda a população em idade escolar. Isto significaria o aumento da matrícula nas escolas primárias de, aproximadamente, 26 milhões de crianças, em 1960, a uns 45 milhões em 1970.⁴

À êste problema do analfabetismo junta-se outro, talvez ainda mais sério. Refiro-me ao acesso bastante limitado, por parte da população em idade escolar, às instituições de ensino de nível secundário, superior e técnico, especialmente

² União Pan-Americana. Departamento de Assuntos Culturais. *El Analfabetismo en América según los Últimos Censos de Población de las Naciones Americanas*. Washington, D.C., 1958.

³ Trabalho citado (nota 2).

⁴ OEA. Reunião Extraordinária do CIES, Punta del Este, Uruguai. *Alianza para el Progreso*, edição mimeográfica, página 24.

no caso das populações rurais. Por seu isolamento físico, sua extrema pobreza e, conseqüentemente, seu baixo nível social, as populações rurais praticamente não têm acesso às instituições educacionais de nível médio, superior e técnico.

Esta é uma situação de odiosa discriminação e que representa a injustiça de quatro séculos e meio de história, nesta parte do mundo. As universidades, via-de-regra, estão localizadas nas capitais ou nas grandes cidades. Destinam-se a formar em carreiras liberais, especialmente direito e medicina, os filhos da classe social privilegiada e dominante. Através dos graduados que diplomam, perpetuam os valores e os símbolos de uma sociedade aristocrática e pouco sensível à massa humana injustiçada da chamada classe média e inferior. As próprias escolas superiores e universidades dirigidas ou inspiradas pela Igreja não conseguiram subtrair-se a essa tendência histórica de um ensino vertical, aristocrático, intelectualizado.

Do ensino técnico — industrial ou agrícola — pouco se pode dizer. Em cem jovens que hoje se encontram matriculados em institutos de nível secundário, na América Latina, menos de dez apenas fazem cursos de especialização técnica, industrial ou agrícola. Para bem evidenciar essa deficiência de técnicos, basta a seguinte comparação: em 1959, havia 50 000 jovens matriculados em escolas de engenharia na América Latina, enquanto que, no mesmo ano, nos Estados Unidos, 325 000 jovens cursavam institutos de engenharia. Em 1956, era esta a situação das matrículas no ensino vocacional (industrial, agrícola, comercial e de economia doméstica), na América Latina e nos Estados Unidos:

	<i>América Latina</i>	<i>Estados Unidos</i>
Total	420 000	3 500 000
Industrial	89 000	871 000
Agrícola	12 000	176 000 ⁵

Quase um Continente, com 20 nações agrícolas, possui apenas cêrca de 16 000 agrônomos, formados por 45 facul-

⁵ Informação apresentada na "International Relations Conference", reunião anual da "American Society for Engineering Education", em 18 de junho de 1959, Universidade de Pittsburg, Estados Unidos.

dades de agronomia, muitas das quais localizadas nas capitais e grandes cidades, com currículos desatualizados e sem maior interesse para a profissão agrônômica e um professorado, via-de-regra, *part-time* e recrutado nos centros urbanos. A maioria dessas escolas têm suas salas de aulas e laboratórios só parcialmente utilizados e preparam profissionais inadaptáveis à vida dos campos.⁶

A China vermelha, com a grande ênfase que vem procurando dar ao ensino técnico e vocacional para acelerar o desenvolvimento, em oposição ao ensino formal, possuía, em 1950, 77 000 estudantes matriculados em escolas vocacionais e 27 000 em cursos técnicos e industriais. Em fins de 1958, havia na China 458 000 matriculados em escolas vocacionais e 69 000 graduados em cursos técnicos e industriais. Vale dizer: em apenas oito anos, o ensino vocacional se expandiu em proporção igual a 600 % e o técnico-industrial cresceu de 220 %.⁷ A nossa deficiência, nesse campo, explica os tremendos entraves à industrialização e ao desenvolvimento da agricultura, como ciência e técnica, em nossos países. Atente-se para êstes números: metade da força de trabalho, na América Latina, é aplicada à agricultura, enquanto que êste setor de economia, isto é, o rural, produz somente 1/3 da produção total.

INJUSTA DISTRIBUIÇÃO DA TERRA

Um dos fatores responsáveis pela baixa produtividade na agricultura, além da falta de conhecimentos técnico-práticos por parte dos camponeses, é, sem dúvida, a má distribuição da propriedade da terra. Nos países pouco desenvolvidos da América Latina, a terra é não somente o mais importante fator isolado de produção, mas também a base de sustentação e de estabilidade das famílias rurais.

Dos 200 milhões de latino-americanos atualmente existentes, 3/4 partes vivem no campo, da agricultura e atividades dela derivadas. Segundo estimativa da CEPAL, 6 %

⁶ "La educación Agrícola en Latinoamérica", *La Hacienda*, Nova York, junho de 1958, página 38.

⁷ *National Science Foundation, Professional Manpower and Education in Communist China*, Washington, D.C., 1960, página 47.

dos proprietários da região detêm 70 % das áreas em uso (latifundiários), ao passo que, na maioria dos países, a 75, 80 % dos proprietários correspondem somente de 5 a 10 % da área total em utilização (minifundiários).

Na maior parte, essas propriedades são cultivadas por trabalhadores assalariados, arrendatários, posseiros, ou por simples ocupantes sem títulos legítimos. As percentagens de cada tipo variam de um a outro país, desde Guatemala, por exemplo, onde a maioria dos agricultores é constituída de proprietários, passando pela Argentina e o Uruguai, onde há certo equilíbrio entre proprietários e não-proprietários, até Panamá e Paraguai, onde o maior número dos agricultores são ocupantes sem títulos de posse legítima das terras.

É fácil de imaginar a tremenda influência que, no espírito dos camponeses e de suas famílias, deve exercer o *slogan* — “Terra para quem a cultive”. Tal aspiração traduz não uma imposição de ordem econômica e social, mas, principalmente, é fruto da vocação humana e do próprio direito natural, conforme bem destacaram as três Encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Mater et Magistra*. Por causa desse direito legítimo dos trabalhadores rurais de possuir, com exclusividade, a terra em que trabalham, é que tôdas as promessas de reforma social de hoje, na América Latina — de tipo comunista, esquerdista, nacionalista, democrático ou cristão —, têm na chamada reforma ou revisão das estruturas agrárias o seu objetivo mais definido, mais imediato.

Não há, hoje em dia, praticamente um só país latino-americano onde o problema da reforma agrária não esteja sendo discutido ou examinado nas Casas do Congresso, nas repartições do Poder Executivo, nas universidades e institutos técnicos e até em comícios de praça pública. Eis por que no Brasil eminente Bispo da Igreja, da Diocese de Campanha, declarou, há poucos anos, que a reforma agrária se fará “conosco” (referia-se aos católicos), “sem nós ou contra nós”.

A “Ata de Bogotá” indicou como primeira medida a estabelecer, visando a um Programa Interamericano de Desenvolvimento Social, a melhoria das condições de vida rural e o uso da terra, com o fim de assegurar mais ampla e justa

distribuição da terra agrícola. A "Carta de Punta del Este" indica, como objetivo principal, "impulsionar, dentro das particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral, orientada no sentido da transformação efetiva das estruturas e dos injustos sistemas de ocupação e exploração da terra, onde tal se requiera". A revolução agrária, de que a redistribuição da terra é apenas uma parte, se bem que bastante importante, aí está. Pede de nós uma posição afirmativa. Devemos estimulá-la e conduzi-la não com medo de que os comunistas a utilizem em seu benefício, como, aliás, o vêm fazendo. Devemos orientá-la por imperativo de consciência, de justiça social e de mandamento evangélico.

ONDE MORA O POVO

Problema social dos mais graves é o da habitação. As cidades latino-americanas estão crescendo em ritmo anormal ou patológico. Esse crescimento irregular é motivado, principalmente, pelo processo acelerado da migração horizontal da população das áreas rurais para as capitais e outros centros urbanos. Cidades há que tiveram seus efetivos demográficos duplicados entre o recenseamento de 1950 e o de 1960 — fenômeno tanto menos lógico quanto se sabe, por estudos sociológicos universais, que as populações urbanas aumentam em ritmo bem menos acelerado do que as rurais.

Da população total das principais cidades da América Latina, entre 30 e 40 % vivem em *slums*, em habitações superpovoadas ou sem elementos mínimos essenciais, o que põe em grave perigo as condições de saúde e os preceitos morais e espirituais de seus habitantes. O setor especializado da O.E.A. admite haver um *deficit* total superior a um milhão de residências familiares, por ano, na América Latina. Em estudo feito em 1954, calcula que seria necessário consertar ou substituir 80 % de tôdas as casas atualmente existentes e, mais, que um programa de habitações para 30 anos requereria a construção de 1 200 000 casas por ano, a metade das quais nas zonas rurais. Artigo publicado recentemente na revista *Américas*, da União Pan-Americana, indicava que a Província de Buenos Aires, na Argentina, com exclusão da própria capital, apresentava um *deficit* de . . .

400 000 casas, em 1960; o Rio de Janeiro tinha, em 1957, 200 000 pessoas amontoadas em *favelas*; e em 1958, no Peru, havia necessidade de 728 000 casas e mais de um milhão das existentes precisavam de reparos.

Isto, principalmente nas cidades. Mas, pode-se dar o nome de casas a tugúrios de quatro paredes de barro com cobertura de palhas de palmeira ou de capim, da maior parte das famílias rurais de nossos países? Há, ali, em verdade, condições mínimas para o desenvolvimento normal da vida humana, o exercício de virtudes cívicas e morais? É evidente que não.

POBREZA E ATRASO DAS POPULAÇÕES

A pobreza dos indivíduos e de suas famílias e o seu geral atraso técnico andam de mãos dadas, como causa e efeito de um só processo social e econômico. Ambos são elos de um único círculo vicioso.

A renda *per capita* de toda a área é equivalente a 1/3 daquela da Europa Ocidental e a 1/7 da renda *per capita* dos Estados Unidos. A produtividade extremamente reduzida do trabalho agrícola explica, em grande parte, a situação descrita. A despeito do progresso industrial extremamente veloz de alguns países, como, por exemplo, o Brasil, a Colômbia e o México, 60 % de toda a população latino-americana vivem no campo e da agricultura, mas a êsses 60 % da população correspondem apenas 25 % da produção global de bens e serviços da região, em seu conjunto.

A maior parte das populações das cidades — cerca de 23 milhões em comunidades de mais de 2 000 habitantes cada — não dispõe de água tratada e encanada. Cerca de 90 milhões de latino-americanos de zonas rurais se abastecem de água sem tratamento, colhida diretamente de rios, açudes e poços subterrâneos.

Que dizer de hospitais, médicos e pessoal de saúde?

Para cada 100 000 pessoas, há 135 médicos nos Estados Unidos e somente 54 na América Latina. Enquanto nos Estados Unidos a mortalidade infantil é de apenas 26 crianças por 1 000 nascidos vivos, de cada 1 000 que nascem, em nossa região, 110 morrem com menos de um ano,

número que chega a 150 no Haiti e a 171 no Brasil. A esperança de vida varia de 70 anos, em média, nos Estados Unidos, a 46 no conjunto da América Latina, sendo que, em certos países, desce ainda mais, como é o caso da Guatemala (37) e do Haiti (33).

Isto sem falar nos equipamentos dos hospitais, na especialização de médicos e enfermeiras. E, principalmente, na localização de hospitais, centros de saúde e respectivo pessoal; 80 % dêste vivem e trabalham nas cidades, onde estão apenas 20 % da população, ficando tão somente 20 % de médicos e enfermeiras a servir aos 80 % rurais.

RESUMO DO QUADRO GERAL

Eis o quadro geral, em côres verdadeiras, em áreas fundamentais. O tempo corre em nosso desfavor. O aumento da população ocorre em proporção superior ao dos meios de subsistência e dos serviços básicos disponíveis, em meio a uma inquietação social inteligentemente estimulada por agitadores profissionais.

Em resumo, aqui temos um Continente povoado por 200 milhões de criaturas humanas, alerta para o futuro, desejosas de libertar-se das peias do subdesenvolvimento, da ignorância e da miséria, mas vivendo em condições, muitas vezes, infra-humanas. Aqui vive uma massa humana sem casas decentes, nas cidades ou nos campos, sem escolas e sem preparo para empregos adequados e dignos. Aqui se encontram milhões de famílias de camponeses e de índios que cultivam terras das quais não são donos, de onde tiram os recursos para sobreviver, num trabalho exclusivamente manual, por desconhecerem os mais elementares rudimentos das técnicas agrícolas. Esta massa humana viveu sempre sob um sistema paternalista de relações humanas, historicamente dependente de uma classe social superior, constituída por patrões e empregadores, por chefes de emprêsas rurais ou industriais, por intelectuais, militares ou políticos.

No momento, ela está sendo trabalhada por fôrças tremendas e desconcertantes, das quais as mais evidentes são o nacionalismo exagerado, o comunismo ateu e o anti-americanismo agudo em muitos setores, ao mesmo tempo que se

verifica o semiconscente despertar contra as tiranias políticas e as classes tradicionalmente dominadoras.

A Igreja e seus sacerdotes ainda são tratados por esta massa humana com certo respeito, fruto da tradição, mas já repontam dúvidas sôbre se estamos realmente cumprindo por inteiro a nossa missão de ajudar o povo a fazer a revolução branca, capaz de libertá-lo da miséria e do atraso. O povo já começa a dar-se conta de que o seu subdesenvolvimento não representa um mal sem remédio ou uma condição fatal da classe pobre a que pertence. Pede reformas necessárias e que se lhe dê oportunidade e se lhe faça justiça.

Progressos extraordinários já se têm conseguido um pouco por tôda parte. Conhecendo os recursos naturais e a qualidade da gente, não tenho razões para pessimismo. Muito pelo contrário. Digo, porém, que o tempo não nos está favorecendo. Razões humanas e motivos de fé nos devem impulsionar à ação planejada e imediata. Razões humanas, por que será pecado imperdoável assistir a crianças e velhos morrerem de fome em meio a tantos recursos naturais mal conhecidos e mal aproveitados, numa época de progressos técnicos tão arrojados como a nossa. Razões de fé "para que se salvasse" — consoante advertência de D. HELDER CÂMARA —, "a serviço de tôda a Cristandade, um Continente que é católico de nome, que o pode ser de fato, mas que também, muito mais fàcilmente do que se imagina, pode deixar de ser católico, e até de ser cristão".

O ANTICOMUNISMO SÓ NÃO BASTA

Não adianta combater o comunismo sômente com palavras. O povo acordou e escuta quem lhe fala à alma, quem, com coragem, lhe demonstra o firme propósito de ajudá-lo a resolver os problemas de todos os dias. É sensata a observação feita pelo Partido Comunista da Rússia Soviética ao divulgar, em fins de julho passado, seu nôvo programa de trabalho. Ali se diz textualmente: "O anticomunismo é a principal arma ideológica e política do imperialismo. Atualmente, todos os inimigos do progresso social estão congregados sob esta bandeira negra. Anticomunismo é o reflexo da extrema decadência da ideologia burguesa. O monopólio

do capital produz ideologia fascista, a ideologia do extremo chauvinismo e racismo. O anticomunismo se está tornando o principal instrumento da reação em sua luta contra as forças democráticas da Ásia, África e América Latina".⁸

Esta interpretação comunista chegou a influenciar a tal ponto a opinião pública em nossos países que alguns espíritos bem formados, e até mesmo dirigentes católicos, já se sentem embaraçados — e alguns chegaram até a se imobilizar — no combate direto ao comunismo, com o receio de serem tomados como reacionários ou a serviço do chamado imperialismo norte-americano.

A gente humilde, politizada, acredita que o Partido Comunista está certo quando diz estas coisas. Já não quer saber de frases bonitas e teorias engenhosas. Também não está interessada em grandes obras públicas de efeito propagandístico. O que o povo quer, na verdade, é um programa simples e objetivo, que signifique mais casas, maior produção de alimentos e roupas, mais e melhor educação para seus filhos, programa êsse capaz de assegurar base material para uma vida de liberdade, de tranquilidade, de dignidade.

Os 200 000 comunistas registrados na América Latina e os 500 000 "inocentes úteis" ou *fellow travelers* que os ajudam — número muito limitado para a totalidade da população e o caráter dos problemas que tem — serão gradualmente absorvidos ou reincorporados, em boa parte, à sociedade normal no dia em que lhes oferecermos solução aos problemas e às inquietações que os fizeram comunistas ou simpatizantes.

O desespero de milhares dêles é justificável. Os seus líderes é que, na maioria, falharam. Vamos, pois, até êles, para ajudá-los a se levantarem sôbre os próprios pés, de modo que sigam serenos o caminho reservado a seres livres, criados à imagem e semelhança de Deus.

SEIS PONTOS PARA UM PROGRAMA CONCRETO

De experiência própria, de visitas freqüentes e de estudos, presumo conhecer mais ou menos o nosso Continente,

⁸ *The New York Times*. Nova York, 29 de julho de 1961.

seu povo e seus problemas. O conhecimento dessa dura realidade me leva a insistir na indispensável e urgente necessidade de que a consciência cristã de nossos líderes e da população tome posição, de imediato, em face dessa situação, para corrigi-la e modificá-la no interesse do bem comum.

Independentemente das obrigações dos governos, em suas três esferas administrativas — federal, estadual e municipal —, à iniciativa privada, à consciência católica, cabe grave e intransferível responsabilidade. Certas áreas há que reclamam atenção especial, de nossa parte. Devem receber tratamento cuidadoso e prioritário. São áreas críticas.

As forças privadas da Igreja cabe organizarem-se para, adequadamente, participar da execução do Programa Interamericano de Desenvolvimento Social indicado na “Ata de Bogotá”, sobretudo mediante a formulação de projetos e programas específicos, relacionados com as cinco medidas prioritárias relacionadas na Ata: melhoria das condições de vida e do uso da terra; melhoria de casas e de facilidades comunitárias; refôrço dos sistemas educacionais e das facilidades de treinamento; medidas para a melhoria das condições de saúde pública, e, finalmente, esforços tendentes à mobilização dos recursos existentes em cada país, Diocese ou comunidade.

Esta recomendação reflete, igualmente, os propósitos contidos na doutrina da “Aliança para o Progresso”, lançada pelo Presidente dos Estados Unidos, ratificada, há pouco, pela “Carta de Punta del Este” e resumida, em relação às necessidades de programas sociais e educacionais da América Latina, em cinco palavras básicas: teto, trabalho, terra, saúde e escola.

A Igreja deve reforçar, se já os tem, ou formar e treinar grupos leigos a serem dirigidos por pessoa de confiança, em virtude de sua idoneidade moral e profissional, localizando-os nas grandes metrópoles, nas vilas e nos campos. Tais entidades servirão para estimular o povo a organizar-se e a batalhar por seus próprios direitos, através de associações livres, cooperativas, sindicatos, corporações, etc. Essas entidades servirão, ao demais, para entrar em contato direto com organizações similares privadas ou públicas de outros países, dentro e fora do Continente, com o objetivo de receber

e aplicar, em projetos concretos que tenham organizado, recursos disponíveis sob a forma de fundos, equipamentos, instrumentos de trabalho, alimentos, equipes de especialistas e missões de assessoramento técnico.

Estas organizações, quando eficientemente formadas e dirigidas, servirão, inclusive, conforme as condições de cada país, para aplicar honesta e proveitosamente recursos particulares e públicos existentes no país e fora d'êlé, em projetos sociais tènicamente concebidos e conduzidos. A experiênciã universal tem comprovado o acêrto daquela sentença que, certo dia, ouvi de Monsenhor LUIGI LIGUTTI, admirável figura de apóstolo rural, ao referir-se à valia do sistema cooperativista. Dizia êle que "*co-ops do so many little things, for so many little people in so many little places!*"

A colonização e a reforma agrária, com migrantes nacionais e imigrantes estrangeiros, devem receber especial atenção. Projetos concretos devem ser organizados por grupos *idôneos em áreas estratégicas. Para executá-los, não faltarão recursos financeiros e técnicos de fontes internacionais. Êsses projetos devem ter, pelo menos, duas características essenciais: a) merecer a participação direta dos organismos, associações, grupos ou pessoas direta e pessoalmente interessadas no problema; e b) apresentar caráter democrático e global, isto é, propiciar a utilização dosada de fatôres tais como serviços educativos, assistência técnica e crédito supervisionado, organização cooperativa, serviços de saúde, mercados, transportes, mecanização agrícola e os indispensáveis serviços recreativos e religiosos.*

Nesses projetos de reforma agrária e de colonização se poderão realizar, simultâneamente, programas integrados de produção de gêneros alimentícios, educação técnica, construção de casas, organização de cooperativas, saúde, etc.

Mediante a organização de cooperativas de habitação e associações voluntárias de ajuda mútua, é imperativo lançar-se um programa arrojado e progressivo de construção e reparo de casas populares, nas grandes metrôpoles, nas pequenas cidades, nas vilas e nos campos. Para êsse efeito, devem ser mobilizados os recursos financeiros, materiais e de trabalho das famílias interessadas, das comunidades e dos países respectivos, suplementados com recursos internacio-

nais, públicos e privados. Parte dos meios financeiros e técnicos de origem governamental, decorrentes da "Ata de Bogotá" e da "Carta de Punta del Este" e oriundos de países europeus e asiáticos com interesses na América Latina, bem como de fontes privadas, pode e deve ser utilizado neste programa de habitações populares. Para isto, é urgente que o operariado urbano e rural, mais diretamente interessado, seja estimulado, orientado e mobilizado.

Urge dar atenção especial ao ensino de nível médio e universitário dentro de cada país. Eleger determinado número dêesses institutos e em tórno dêeles concentrar um programa especial de preparo básico e de especialização de jovens de ambos os sexos. Êsses centros de ensino devem ser selecionados segundo condições tais como localização geográfica, tradição de um trabalho objetivo no setor do ensino, pesquisa e extensão, comprovada eficiência no campo das ciências sociais, aplicadas ao progresso e ao bem-estar das comunidades e do povo. Cumpre reforçar ao máximo êste número limitado de instituições técnicas e universitárias com equipamento material e professorado adequado, devidamente treinado no país e no exterior. Convênios entre universidades estrangeiras e nacionais para levar a efeito êste programa, a prazos de cinco a dez anos, devem ser estimulados a todo custo. Algumas das dez universidades católicas existentes na América Latina, em tórno das quais o Conselho Episcopal Latino-Americano já vem desenvolvendo esfôrço elogiável, devem constituir o ponto-de-partida dessa campanha, que também deve estender-se a outras universidades e institutos técnicos leigos ou do Estado, em condições de produzir bem.

Cumpre, também, selecionar e treinar, em cursos teóricos e em serviços práticos, de um a três anos de duração, 100 000 dos mais promissores líderes latino-americanos, com formação secundária ou universitária, em qualquer país do Hemisfério ou na Europa. Êsse treinamento deve ser em campos básicos, como, por exemplo: ensino universitário ou de nível médio e elementar, educação vocacional e técnica, extensão agrícola e crédito supervisionado, desenvolvimento de comunidades, administração pública e de emprêsas, ciência política, organizações cooperativas, associações populares, técnicas de saúde pública, projetos de reforma agrária e

de colonização, projetos de construções de interesse social, organizações de trabalhadores urbanos e rurais, energia nuclear para usos pacíficos, industrialização. Além desses, há outros campos igualmente importantes para o desenvolvimento social e econômico de nossos países.

Esse programa de bolsas poderia ser alimentado por um fundo financeiro comum, centralizado num órgão adequado da Hierarquia Eclesiástica, formado de representantes do Episcopado da América Latina, Estados Unidos e Canadá e com representação da Santa Sé. Os candidatos a essas bolsas deveriam ser selecionados rigorosamente dentre pessoas que se sobressaíam pelo mérito pessoal, currículo estudantil, vocação ou experiência prática de trabalho em determinado campo do desenvolvimento social. O estágio ou treinamento se faria segundo plano assentado entre a Diocese de onde saiu o candidato e aquela aonde vai estudar. Concluído o período de treinamento, o bolsista regressaria à sua zona a fim de dar início ao trabalho para o qual se preparasse, com a assistência da bolsa de estudos, ou prosseguir na tarefa que já viesse executando.

Essa reserva humana, assim treinada, seria a coluna mestra na luta contra o subdesenvolvimento, a fome, a miséria, a ignorância e contra as tiranias militares ou políticas internas ou ideológicas de origem externa.

CONCLUSÃO

O Papa JOÃO XXIII, falando há pouco, do Vaticano, para agricultores italianos, insistia em que os camponeses têm o direito à assistência por parte da sociedade, mas lembrou que eles devem confiar, principalmente, em sua própria iniciativa e esforço cooperativo.

Advertiu, porém, o Santo Padre, naquela oportunidade: "Quando uma Nação ou parte dela espera tudo de fora e se sente mais inclinada a acusar outros do que a estimular-se ela mesma, então há razão para recear por sua liberdade e pela própria vida nacional".

Sim, o problema está em nossas mãos, fortalecidas pela ajuda da Providência Divina. A Igreja, que tanto já fez no passado e tanto está fazendo no presente, como poucas ins-

tituições, pode fazer muito mais ainda no futuro imediato. Para suplementar o nosso esforço consciente e livre aparecerão, certamente, recursos e ajuda do govêrno e do exterior, mas recursos que sòmente devem ser buscados e usados na medida em que a nossa parte, que não é pequena, haja sido cumprida com fidelidade.

Mas, para atingir a todos ou a alguns dêsses objetivos, é indispensável contar com a determinação, o propósito firme e a unidade dos católicos entre si, e dêstes com os fiéis de outras confissões religiosas que, nesta matéria, pensem e sintam como nós.

EM TUDO SÔBRE:

OPERAÇÕES BANCÁRIAS
Descontos,
Depósitos e Cobranças



faz bons amigos...
com bons serviços!

BANCO
IRMÃOS GUIMARÃES S.A.

Matriz: Rua da Quitanda, 80 - Rio de Janeiro

11.453